

PROJETO DE LEI Nº 032 / 2020

FLS. 02
141/2020
Protocolo α



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DIADEMA

CONTROLE DE PRAZO
Processo nº: 141/2020
Início: 30 de julho 2020
Termino: 12 de setembro 2020
Prazo: 45 dias
Sete
Funcionário Encarregado

Gabinete do

PROC. Nº 141/2020

Diadema, 27 de julho de 2020.

A(S) COMISSÃO(ÕES) DE:

OF. ML. nº 021/2020.

Excelentíssimo Senhor Presidente,

30 07 2020
RA
PRESIDENTE

Tenho a honra de submeter à apreciação de Vossa Excelência, e de seus Ilustres Pares, o incluso Projeto de Lei que versa sobre a autorização para o Município de Diadema firmar Termo de Colaboração com a Liga de Futebol de Salão de Diadema, visando o desenvolvimento da competição de futebol de salão amador: Copa União de Clubes, no exercício de 2.020.

O ajuste pretendido se dará através de Termo de Colaboração, em observância aos ditames da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2.014, e se justifica em face da patente vantagem econômica para o Município em subvencionar e não realizar diretamente os torneios e campeonatos.

A indicação da Liga de Futebol de Salão de Diadema está amparada pela inexigibilidade de chamamento público, conforme previsto no artigo 31 da Lei 13.019/2014, pois, fundada em 30 de março de 1.999 é a única organização da sociedade civil sem fins econômicos, políticos ou religiosos que congrega pessoas de ambos os sexos dentro do Município de Diadema para difundir a prática do futebol de salão de modo amador e semiprofissional. Também, por ser filiada à Liga Paulista de Futsal, pois atendeu de forma satisfatória todas as formalidades estabelecidas pela legislação vigente.

O repasse da subvenção dar-se-á em única parcela, no valor de R\$ 35.150,00 (trinta e cinco mil e cento e cinquenta reais), e só será efetivado quando as autoridades governamentais, no âmbito estadual e municipal, liberarem as atividades relativas ao futebol de salão, que atualmente se encontram suspensas em razão de pandemia de Covid-19.

[Handwritten mark]



Gabinete do Prefeito

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DIADEMA

FLS. 03
14/1/2020
Protocolo 2

OF. ML. nº 021/2020.

O montante de recursos estabelecido para a subvenção prioriza o pagamento das despesas com a realização de torneios e campeonatos a serem realizados neste ano, e, particularmente, aquelas decorrentes de taxas de arbitragens.

Oportuno registrar, que a Liga de Futebol de Salão de Diadema prestou contas regularmente de subvenções anteriormente recebidas, não havendo qualquer pendência a esse título.

As competições programadas envolvem aproximadamente 2.000 (duas mil) pessoas entre atletas e dirigentes.

O desenvolvimento dessas atividades atende a uma demanda existente no Município, e a parceria proposta reverte em significativa contribuição de sociabilização, bem-estar físico, mental e espírito de participação às comunidades de Diadema.

Assim, indiscutível que a presente propositura vai ao encontro do interesse público, na medida em que supre as necessidades da coletividade, que, como sabido, encontra no esporte uma das formas de entretenimento e lazer.

Nesta conformidade, aguarda este Executivo venha esse Colendo Legislativo acolher e aprovar o incluso Projeto de Lei, convertendo-o em diploma legal, o mais breve possível, invocando para tanto o regime de **URGÊNCIA**, tudo nos termos do que preceitua o artigo 52, *caput*, da Lei Orgânica do Município.

Valho-me do ensejo para enviar a Vossa Excelência e demais componentes desse Sodalício os protestos de elevada estima e lúdima consideração.

Atenciosamente,


LAURO MICHELS SOBRINHO
Prefeito

Excelentíssimo Senhor
Vereador **REVELINO TEIXEIRA DE ALMEIDA**
Presidente da Câmara Municipal de
DIADEMA – SP

DESPACHO DO EXMO. SR. PRESIDENTE: Enc.
a Chefe de Seção I – Assuntos Legislativos para
Leitura na próxima Sessão Ordinária.

Data: 29/7/2020


REVELINO TEIXEIRA DE ALMEIDA
Presidente

PMD - 01.001



Gabinete do Prefeito

PROJETO DE LEI Nº 032 / 2020

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DIADEMA

| |
|---------------------|
| FLS. <u>04</u> |
| <u>141/2020</u> |
| Protocolo <u>2.</u> |

PROC. Nº 141/2020

PROJETO DE LEI Nº 021, DE 27 DE JULHO DE 2.020

| |
|--|
| CONTROLE DE PRAZO |
| Processo nº: <u>141/2020</u> |
| Início: <u>30/ julho/2020</u> |
| Termino: <u>12/ setembro/2020</u> |
| Prazo: <u>45 dias</u> |
| Funcionário Encarregado: <u>Rizete</u> |

AUTORIZA a celebração de Termo de Colaboração Técnica e Financeira entre o Município de Diadema e a Organização da Sociedade Civil Liga de Futebol de Salão de Diadema, através do repasse de subvenção, visando o desenvolvimento da competição de futebol de salão amador: Copa União de Clubes, no exercício de 2.020.

LAURO MICHELS SOBRINHO, Prefeito do Município de Diadema, Estado de São Paulo, no uso e gozo de suas atribuições legais,

FAZ SABER que a Câmara Municipal aprova e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar Termo de Colaboração Técnica e Financeira entre o Município de Diadema e a Organização da Sociedade Civil Liga de Futebol de Salão de Diadema, através do repasse de subvenção, visando o desenvolvimento da competição de futebol de salão amador: Copa União de Clubes, no exercício de 2.020.

Art. 2º. O Termo de Colaboração Técnica e Financeira, a que se refere o artigo anterior, será firmado em observância aos termos da minuta anexa, que é parte integrante desta Lei, que será publicado no portal de transparência do site da Prefeitura do Município de Diadema: www.diadema.sp.gov.br

Art. 3º As despesas com a execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, consignadas no orçamento vigente, suplementadas se necessário.



Gabinete do Prefeito

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DIADEMA

| | |
|-----------|----------|
| FLS. | 05 |
| | 141/2020 |
| Protocolo | 2 |

PROJETO DE LEI Nº 021, DE 27 DE JULHO DE 2.020

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Diadema, 27 de julho de 2020.

LAURO MICHELS SOBRINHO

Prefeito



Gabinete do Prefeito

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DIADEMA

| |
|-----------|
| FLS. 06 |
| 14/1/2020 |
| Protocolo |

PROJETO DE LEI Nº 021, DE 27 DE JULHO DE 2.020

MINUTA DE TERMO DE COLABORAÇÃO

TERMO DE COLABORAÇÃO TÉCNICA E FINANCEIRA QUE ENTRE SI CELEBRAM O **MUNICÍPIO DE DIADEMA** E A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL **LIGA DE FUTEBOL DE SALÃO DE DIADEMA**, ATRAVÉS DO REPASSE DE SUBVENÇÃO, VISANDO O DESENVOLVIMENTO DA COMPETIÇÃO DE FUTEBOL DE SALÃO AMADOR: COPA UNIÃO DE CLUBES, NO EXERCÍCIO DE 2.020.

O **MUNICÍPIO DE DIADEMA**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Almirante Barroso, nº 111, Vila Santa Dirce, Diadema, Estado de São Paulo, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o nº 46.523.247/0001-93, neste ato representada pelo seu Secretário de Esporte e Lazer, Senhor Paulo Henrique Ferreira, em razão da delegação de competência contida no Decreto Municipal nº 4.849, de 31 de julho de 1996, doravante denominado **MUNICÍPIO** e, de outro lado, a Organização de Sociedade Civil, **LIGA DE FUTEBOL DE SALÃO DE DIADEMA**, com sede na Rua Prudente de Moraes, 306 – Jardim Casa Grande, Diadema, Estado de São Paulo, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob nº. 03.628.992/0001-94, representada neste ato pelo seu Presidente, Senhor Leandro de Sousa Silva, portador da cédula de identidade RG nº. 295.029.286 – SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob nº. 257.366.178/46, doravante denominada **ENTIDADE**, celebram o presente Termo de Colaboração Técnica e Financeira, destinado ao repasse de subvenção, nos termos da autorização contida na Lei Municipal nº. _____, de ____ de _____ de 2.020 e em conformidade com as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1. O presente Termo de Colaboração Técnica e Financeira tem por objeto, mediante a conjugação de esforços e atuação mútua entre o **MUNICÍPIO DE DIADEMA** e a **LIGA DE FUTEBOL DE SALÃO DE DIADEMA**, o desenvolvimento da Copa União de Clubes na modalidade futebol de salão.

1.1. Fica vedada à **ENTIDADE**, terceirizar o objeto do presente Termo de Colaboração.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DOS PARTÍCIPES

2. Para a execução do presente Termo de Fomento, o **MUNICÍPIO** e **ENTIDADE** se comprometem:



Gabinete do Prefeito

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DIADEMA

| | |
|-----------|-----------|
| FLS. | 07 |
| | 14/1/2020 |
| Protocolo | 2. |

PROJETO DE LEI Nº 021, DE 27 DE JULHO DE 2.020

I – Compete ao **MUNICÍPIO**:

- a) Transferir os recursos financeiros previamente definidos no Plano de Trabalho e cronograma de desembolso, conforme previsto na cláusula quarta do presente instrumento, mediante depósito em conta bancária específica da **ENTIDADE**.
- b) Assessorar, orientar, monitorar, participar e acompanhar através da Secretaria de Esporte e Lazer, os torneios e campeonatos para o conhecimento e a prática de fruição da modalidade de futebol de salão, desenvolvidos pela **ENTIDADE** e colaborar para sua boa qualidade.
- c) Indicar responsáveis para acompanhamento do desenvolvimento dos torneios e campeonatos, que emitirão relatórios mensais descrevendo as atividades aplicadas e indicando se estas estão de acordo com o Plano de Trabalho.
- d) Avaliar permanentemente o desempenho dos profissionais que desenvolverão os torneios e campeonatos, exercendo inclusive poder de veto, de indicação do desligamento ou substituição de profissionais.
- e) Avaliar permanentemente o desempenho da **ENTIDADE** em relação ao desenvolvimento dos torneios e campeonatos, em relação à apresentação das prestações de contas, exercendo inclusive poder de veto, de indicação de rescisão do termo de fomento e ainda de suspensão do (s) repasse (s).
- f) Proceder periódica e obrigatoriamente, 30 (trinta) dias antes do final do presente Termo de Colaboração, a avaliação das atividades técnicas e financeiras destinadas a concretização do Plano de Trabalho propondo a qualquer tempo as reformulações bem como sua prorrogação, quando cabíveis.
- g) Receber e analisar as prestações de contas de acordo com os termos da Lei Federal nº 13.019/2014, da Lei Autorizadora, do presente Termo de Colaboração, do Manual Básico de Repasses ao Terceiro Setor e das Instruções do Tribunal de Contas Estado de São Paulo.
- h) Emitir parecer técnico através da Comissão Mista para Acompanhamento e Fiscalização de Subvenções Sociais da Secretaria de Esporte e Lazer, sobre o fiel cumprimento do Plano de Trabalho e das cláusulas estabelecidas neste Termo de Colaboração.
- i) Acessar, sempre que julgar necessário, as súmulas dos jogos realizados através do Termo de Fomento, bem como a contabilidade e registros regulares da **ENTIDADE**.
- j) Elaborar relatório governamental sobre a execução do objeto do Termo de Colaboração contendo comparativos entre as metas propostas e os resultados alcançados, conforme determinado no artigo 37, inciso IV da Instrução nº. 02/2008 e a partir do artigo 144 da Instrução nº 02/2016 do TCESP, bem como na Lei Federal nº 13.019/2014.



Gabinete do Prefeito

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DIADEMA

FLS. 08
14/1/2020
Protocolo 2

PROJETO DE LEI Nº 021, DE 27 DE JULHO DE 2.020

- k) Elaborar parecer conclusivo nos termos do artigo 189 (Título IV- DAS DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS), conforme Instrução nº. 02/2008 do TCESP.
- l) Fornecer manuais específicos de prestação de contas a LFAD por ocasião da celebração da parceria;
- m) Realizar procedimentos de fiscalização “in loco”, antes do término do prazo da parceria, para fins de monitoramento e avaliação do cumprimento do objeto;
- n) Designar novo gestor da parceria, na hipótese do gestor anteriormente designado deixar de ser agente público ou ser lotado em outro órgão ou entidade. Caso isso ocorra o administrador assumirá todas as obrigações do gestor, com as respectivas responsabilidades.

II – Compete à ENTIDADE:

- a) Aplicar integralmente no desenvolvimento do objeto especificado na cláusula primeira deste Termo de Colaboração e respectivo Plano de Trabalho, os recursos financeiros repassados pelo **MUNICÍPIO**, inclusive os provenientes das receitas das aplicações financeiras realizadas, de acordo com o item 6.2.6 (Controle Financeiro dos Convênios) do Manual Básico de Repasses Públicos ao Terceiro Setor, estando estes sujeitos a exames sem prévio aviso, por parte do TCESP e dos órgãos Municipais incumbidos da fiscalização desta subvenção;
- b) Definir, em conjunto com a Secretaria de Esporte e Lazer, as diretrizes das atividades a serem desenvolvidas, obedecendo ao Plano de Trabalho.
- c) Manter quadro de pessoal de forma a dar plena condição de realização do objeto do Termo de Colaboração e Plano de trabalho, garantindo profissionais aptos a exercer suas funções sem impedimentos legais ou de qualquer natureza.
 - c.1) Providenciar sempre que necessário, novos profissionais garantindo a plena execução do Termo de Colaboração e Plano de Trabalho.
- d) Permitir a participação do **MUNICÍPIO**, através da Secretaria de Esporte e Lazer, na assessoria, orientação, monitoramento e participação na implantação e no desenvolvimento da competição.
- e) Firmar vínculo com a equipe técnica, estabelecendo de forma clara, as regras a que serão submetidos e o locais onde exercerão suas atividades.
- f) Responsabilizar-se pelo pagamento de todas as obrigações de natureza trabalhista e previdenciária, decorrentes dos recursos humanos utilizados na consecução do objeto do presente Termo de Colaboração, comprovando os recolhimentos nas prestações de contas;
- g) Adquirir todos os bens de consumo e prestação de serviços de forma a garantir o desenvolvimento dos torneios e campeonatos, conforme proposto no Plano de Trabalho;



Gabinete do Prefeito

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DIADEMA

| |
|-----------------|
| FLS..... 09 |
| 14/1/2020 |
| Protocolo |

PROJETO DE LEI Nº 021, DE 27 DE JULHO DE 2.020

- h) Recolher ao erário municipal os eventuais saldos dos recursos repassados e não aplicados, dentro do período aprazado, inclusive os provenientes das aplicações financeiras realizadas, de acordo com o item 6.2.6 (Controle Financeiro dos Termos de Colaboração e/ou Fomento) do Manual Básico de Repasses Públicos ao Terceiro Setor;
- i) Providenciar abertura de conta bancária específica em instituição bancária oficial (CEF ou Banco do Brasil) para a aplicação dos recursos repassados, para uso exclusivo na execução do objeto pactuado;
- j) Os saques para pagamento das despesas decorrentes da execução do presente Termo de Colaboração deverão ser efetuados somente mediante cheque nominativo ou ordem bancária ao credor ou para aplicação no mercado financeiro;
- k) Apresentar ao **MUNICÍPIO** a prestação de contas dos recursos recebidos na forma estabelecida na Cláusula Sexta.
- l) Manter escrituração contábil regular, em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade e Lei 13.019/2014;
- m) Indicar ao menos 01 (um) dirigente que se responsabilizará, de forma solidária, pela execução das atividades e cumprimento das metas pactuadas na parceria;
- n) Divulgar em seu sítio na internet e em locais visíveis de sua Sede Social e dos estabelecimentos em que exerça suas ações, todas as parcerias celebradas com o Poder Público, contendo no mínimo as informações requeridas no parágrafo único do artigo 11 da Lei nº 13.019/2014;
- o) Não realizar pagamentos antecipados com recursos da parceria;
- p) Dar livre acesso aos servidores do Órgão Público repassador dos recursos, ao Controle Interno e ao Tribunal de Contas correspondente aos processos, aos documentos, às informações referentes aos instrumentos de transferências regulamentados por esta Lei, bem como aos locais de execução do objeto;
- q) Responder exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relativos ao funcionamento da instituição e ao adimplemento do termo de colaboração, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública a inadimplência da LFSD em relação ao referido pagamento; os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;
- r) Disponibilizar ao cidadão, no seu sítio eletrônico e na sua sede social, extrato deste Termo de Colaboração para consulta, contendo pelo menos o objeto, a finalidade e o detalhamento da aplicação dos recursos;



Gabinete do Prefeito

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DIADEMA

| |
|-------------|
| FLS..... 10 |
| 14/1/2020 |
| Protocolo 2 |

PROJETO DE LEI Nº 021, DE 27 DE JULHO DE 2.020

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA DO CONVÊNIO

3. O presente Termo de Colaboração terá vigência a contar da data de sua assinatura até 31 de dezembro de 2.020.

CLÁUSULA QUARTA - DO REPASSE FINANCEIRO

4. O **MUNICÍPIO** efetuará 01 (um) repasse para a **ENTIDADE**, no valor de R\$ 35.150,00 (trinta e cinco mil, cento e cinquenta reais).

4.1. O repasse do valor à **ENTIDADE** só será efetivado quando as autoridades governamentais, no âmbito estadual e municipal, liberarem as atividades relativas ao futebol de salão amador, que atualmente se encontram suspensas em razão de pandemia de Covid-19.

CLÁUSULA QUINTA - DO VALOR

5. O valor total estimado da presente parceria é de R\$ 35.150,00 (trinta e cinco mil, cento e cinquenta reais) para desenvolvimento da Copa União de Clubes – temporada 2.020.

CLÁUSULA SEXTA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

6. A prestação de contas deverá ser realizada até o dia 14 de dezembro de 2.020.

6.1. Nesta data a **ENTIDADE** deverá apresentar à Comissão de Acompanhamento e Fiscalização de Convênios da Secretaria de Esporte e Lazer, demonstrativo financeiro, juntamente com a prestação de contas, demonstrando as receitas e despesas do período e o requerimento de solicitação de repasse, a fim de que a referida Comissão possa emitir parecer técnico sobre o fiel cumprimento deste Termo de Colaboração, cujos documentos analisados pela Secretaria de Esporte e Lazer, serão encaminhados à Secretaria de Finanças do **MUNICÍPIO**, até 05 (cinco) dias úteis do mesmo mês, para as providências pertinentes.

6.1.1. A **ENTIDADE** deverá apresentar todas as súmulas dos jogos realizados e não realizados (W.O) acompanhadas de relatório circunstanciado das atividades desenvolvidas em cumprimento do objeto, em conformidade com o Plano de Trabalho, devendo ser analisado e aprovado pela Comissão de Acompanhamento e Fiscalização da Secretaria de Esporte e Lazer.

6.1.2. Nas prestações de contas somente serão aceitos documentos relacionados aos itens de serviço e consumo indicados no Plano de Trabalho.

6.1.3. Além dos documentos de praxe, as prestações de contas deverão vir acompanhadas dos seguintes documentos:

- a) Os indicados no artigo 50 – incisos I, II (letras a, d, e, f, g), parágrafo único das instruções 02/2008 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, artigo 149 – incisos XIII, XIV, XV, XVI, XVII, XXII, XXIII, XXIV, PARÁGRAFOS 1º, 2º e 3º da Instrução 02/2016 e demais resoluções pertinentes à matéria;



Gabinete do Prefeito

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DIADEMA



PROJETO DE LEI Nº 021, DE 27 DE JULHO DE 2.020

- b) Tabela de cada campeonato contendo todos os jogos realizados com os seus respectivos resultados, incluindo datas, locais, horários, times, o número da súmula do jogo e separando a tabela por cada etapa de classificação até o resultado final;
- c) Súmulas numeradas de todos os jogos realizados, separadas por campeonato;
- d) Relatório de atividade contendo:
- Fotos dos jogos realizados;
 - número total de jogos por campeonato;
 - locais de realização dos jogos com os endereços;
 - número de participantes diretos e indiretos, por campeonato;
 - informar se as metas quantitativas e qualitativas foram alcançadas;
 - período real de realização de cada campeonato;
 - número de times inscritos por campeonato.
- e) Cópias dos recibos dos pagamentos às Associações de Árbitros, dos pagamentos diretos aos árbitros e dos correspondentes depósitos bancários. Além de relação de todos os árbitros da Associação;
- f) Os documentos fiscais deverão vir acompanhados dos respectivos comprovantes de depósitos ou transferência efetuadas pelas empresas e de relatório detalhado contendo quais foram os materiais e/ou serviços pagos. No caso de serviços de arbitragens, o relatório detalhado deverá estar de acordo com a tabela de jogos;
- g) Pesquisa de preços nas compras e serviços. Toda e qualquer despesa deverá ser precedida de no mínimo três orçamentos.

6.1.4. Não poderão ser pagas com recursos dos repasses despesas decorrentes de multas, juros, taxas ou mora, referentes a pagamentos ou recolhimentos fora do prazo e a título de taxas bancárias e/ou de administração.

6.2. Fica vedada à **ENTIDADE** terceirizar o objeto do presente Termo de Colaboração.

6.3. Todos os documentos de prestação de contas deverão ser apresentados também em versão digital em arquivos PDF de até 25 MB, salvo em DVD ou Pen Drive e entregues ao Serviço de Compras e Orçamento da Secretaria de Esporte e Lazer.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA ALTERAÇÃO E DA DENÚNCIA

7. O presente Termo de Colaboração poderá ser alterado, exceto em seu objeto e prazo, e denunciado, por conveniência dos partícipes, após notificação prévia de 30 (trinta) dias, sendo que, se a denúncia for por parte da **ENTIDADE**, deverá ser precedida da entrega do relatório e prestação de contas da aplicação dos recursos recebidos até o momento.

CLÁUSULA OITAVA – DAS SANÇÕES



Gabinete do Prefeito

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DIADEMA



PROJETO DE LEI Nº 021, DE 27 DE JULHO DE 2.020

8. Pela execução do Termo de Colaboração em desacordo com o Plano de Trabalho e legislação específica, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à **ENTIDADE**, as seguintes sanções:

I - Advertência;

II - Suspensão temporária de participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;

III - Declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a Administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

Parágrafo Único. As sanções estabelecidas nos incisos II e III são de competência exclusiva do Secretário de Esporte e Lazer, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após dois anos de aplicação da penalidade.

8.1. As sanções são independentes e a aplicação de uma não exclui a das outras, quando couber.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO

9. Constitui motivo para rescisão do Termo de Colaboração:

9.1. Se a prestação de contas for apresentada após a data determinada, limitado o atraso a 30 (trinta) dias, prazo após o qual a prestação de contas não será recebida e o Termo de Colaboração será considerado não realizado, com as consequências respectivas;

9.2. Se não forem recolhidos ao **MUNICÍPIO** na forma e no prazo determinados por este Termo de Colaboração na cláusula segunda, inciso II, letra “h” e subitem 9.8 abaixo e pela notificação respectiva, quaisquer valores devidos pela **ENTIDADE**;

9.3. Se não houver comprovação da boa e regular aplicação da parcela recebida, conforme estabelecido nas cláusulas do presente Termo de Colaboração;

9.4. Se verificadas práticas atentatórias aos princípios fundamentais da Administração Pública;

9.5. Se houver inadimplemento em relação às cláusulas pactuadas;

9.6. Se a **ENTIDADE** deixar de adotar as medidas saneadoras apontadas pelo partícipe repassador de recursos;

9.7. Pela aplicação da terceira advertência.



Gabinete do Prefeito

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DIADEMA

| |
|-------------|
| FLS. 13 |
| 21/2020 |
| Protocolo 2 |

PROJETO DE LEI Nº 021, DE 27 DE JULHO DE 2.020

Parágrafo Único. Na hipótese de resolução unilateral ou inadimplência por parte da **ENTIDADE** serão apurados judicialmente e/ou administrativamente eventuais perdas e danos e aplicadas as sanções pertinentes.

CLÁUSULA DEZ – DOS RECURSOS NÃO UTILIZADOS

10. Todos os recursos não utilizados, saldos financeiros remanescentes inclusive os provenientes das receitas obtidas em aplicações financeiras, deverão ser devolvidos aos cofres públicos, através de depósito em conta bancária indicada pelo **MUNICÍPIO**, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias contados da data da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção do Ajuste.

CLÁUSULA ONZE – DO COMPROMISSO OU TRANSFERÊNCIA

11. Fica facultado ao **MUNICÍPIO**, em conjunto com a Secretaria de Esporte e Lazer, a decisão de assumir ou transferir a responsabilidade da execução do presente Termo de Parceria, no caso de ocorrência de paralisação ou de fato relevante, de modo a evitar a descontinuidade das atividades.

CLÁUSULA DOZE - DA RESPONSABILIDADE JURÍDICA

12. O **MUNICÍPIO** estará isento de responsabilidade por quaisquer problemas advindos de litígios e/ou reivindicações legais impostas, inclusive em decorrência de reclamações trabalhistas e previdenciárias contra a **ENTIDADE**.

CLÁUSULA TREZE – DA DOTACÃO ORÇAMENTÁRIA

13. As despesas correrão através da dotação orçamentária nº. 27.812.0021.2.112.335043 – ficha 120012 – fonte 1.110.0000, que poderá ser suplementada, se necessário.

CLÁUSULA CATORZE – DAS OBRIGAÇÕES DO GESTOR

14. Obrigações do (a) Gestor (a):

- a) Acompanhar e fiscalizar a execução da parceria;
- b) Informar por escrito ao seu superior hierárquico a existência de fatos que comprometam ou possam comprometer as atividades ou metas da parceria e de indícios de irregularidades na gestão dos recursos, bem como as providências adotadas ou que serão adotadas para sanar os problemas detectados;
- c) Emitir parecer técnico conclusivo de análise da prestação de contas final, levando em consideração o conteúdo do relatório técnico de monitoramento e avaliação de que trata o artigo 59 da Lei Federal nº 13.019/14.

Parágrafo Único: É vedada, na execução do presente termo de colaboração, a participação como gestor (a) da parceria ou como membro da Comissão de monitoramento e avaliação pessoa que nos últimos 05 (cinco) anos, tenha mantido relação jurídica com a LFSD, hipótese



Gabinete do Prefeito

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DIADEMA

| | |
|-----------|-----------|
| FLS. | 14 |
| | 14/1/2020 |
| Protocolo | 21 |

PROJETO DE LEI Nº 021, DE 27 DE JULHO DE 2020

na qual deverá ser designado gestor (a) ou membro substituto que possua qualificação técnica equivalente à do substituído.

CLÁUSULA QUINZE – DO PLANO DE TRABALHO

15. O Plano de Trabalho proposto pela LFSB faz parte integrante e indissociável do presente Termo de Colaboração e deverá atender o artigo 22 da Lei 13.019/2014, contendo:

- a) Diagnóstico da realidade que será objeto das atividades da parceria, devendo ser demonstrado o nexo entre essa realidade e as atividades ou metas a serem atingidas;
- b) Descrição pormenorizada de metas quantitativas e mensuráveis a serem atingidas e de atividades a serem executadas, devendo estar claro, preciso e detalhado o que se pretende realizar ou obter, bem como quais serão os meios utilizados para tanto;
- c) Prazo para a execução das atividades e o cumprimento das metas;
- d) Elementos que demonstrem a compatibilidade dos custos com os preços praticados no mercado ou com outras parcerias da mesma natureza, devendo existir elementos indicativos da mensuração desses custos, tais como: cotações, tabelas e preços de associações profissionais, publicações especializadas ou quaisquer outras fontes de informação disponíveis ao público.

CLÁUSULA DEZESSEIS – DO MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS DURANTE A PARCERIA

16. O monitoramento e avaliação das atividades do plano de trabalho serão realizados considerando o cumprimento do calendário esportivo – temporada 2020, que faz parte integrante do Plano de Trabalho.

Recursos Humanos: trio de arbitragem (01 árbitro e 02 assistentes) especializado.

Meta quantitativa:

- Realizar todos os jogos do calendário esportivo – temporada – 2020.

Meta qualitativa: - Apresentar o Município de Diadema a outras esferas do futebol de campo em nível estadual e federal;

- Ampliar e contribuir para a melhoria das atividades de esporte e lazer oferecidas aos munícipes.
- Oportunizar a participação de jovens e adultos nos campeonatos;
- Disciplinar o ser humano quanto a regras a seguir;
- Promover a inclusão e participação da família na prática de esportes;

Indicadores:



Gabinete do Prefeito

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DIADEMA

| |
|-------------|
| FLS. 15 |
| 14/07/2020 |
| Protocolo 2 |

PROJETO DE LEI Nº 021, DE 27 DE JULHO DE 2020

- Planilhas dos campeonatos por divisões com resultados e súmulas dos jogos.

CLÁUSULA DEZESSETE – DEFINIÇÃO DA TITULARIDADE DOS BENS E DIREITOS REMANESCENTES

17. A **ENTIDADE** deverá definir, se for o caso, a titularidade dos bens e direitos remanescentes na data da conclusão ou extinção da parceria que em razão da execução tenham sido adquiridos, produzidos ou transformados com recursos repassados pelo **MUNICÍPIO**.

CLÁUSULA DEZOITO – DA DISSOLUÇÃO DA ENTIDADE

18. No caso de dissolução da **ENTIDADE**, o respectivo patrimônio líquido será transferido a outra pessoa jurídica de igual natureza que preencha os requisitos da Lei 13.019/2014 e cujo objeto social seja, preferencialmente, o mesmo da entidade extinta.

CLÁUSULA DEZENOVE - DO FORO

19. Fica eleito o Foro da Comarca de Diadema, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer divergências decorrentes do presente Termo de Colaboração, com exclusão expressa dos demais, devendo, antes, porém, haver prévia tentativa de solução administrativa com a participação da Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos, nos termos do artigo 42, XVII, da Lei 13.019/2014.

CLÁUSULA VINTE - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

20. As despesas decorrentes da presente parceria correrão por conta da dotação orçamentária nº 12.02.27.812.0021.2.112.335043.

20.1. Os casos omissos serão solucionados de comum acordo entre as partes;

E, por estarem de acordo com todas as cláusulas, assinam o presente Termo de Colaboração em 03 (três) vias de igual teor, para os efeitos jurídicos de direito, na presença de duas testemunhas que ao final subscrevem.



Gabinete do Prefeito

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DIADEMA

| |
|-----------|
| FLS. 16 |
| 14/1/2020 |
| Protocolo |

PROJETO DE LEI Nº 021, DE 27 DE JULHO DE 2.020

Diadema, ____ de _____ de 2.020.

PAULO HENRIQUE FERREIRA
Secretário de Esporte e Lazer
MUNICÍPIO DE DIADEMA

LEANDRO DE SOUSA SILVA
Presidente
LIGA DE FUTEBOL DE SALÃO DE DIADEMA

TESTEMUNHAS:

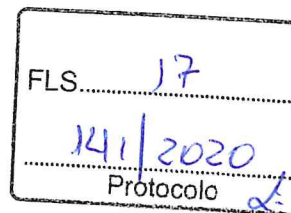
1: _____

2: _____



Gabinete do Prefeito

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DIADEMA



PROJETO DE LEI Nº 021, DE 27 DE JULHO DE 2.020

**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
ANEXO RP-12 - REPASSES AO TERCEIRO SETOR- TERMO DE CIÊNCIA E DE
NOTIFICAÇÃO - TERMO DE COLABORAÇÃO/FOMENTO**

ÓRGÃO/ENTIDADE PÚBLICO(A):

ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL PARCEIRA:

TERMO DE COLABORAÇÃO/FOMENTO Nº (DE ORIGEM):

OBJETO:

ADVOGADO(S): (*)

Na qualidade de Órgão/Entidade Público(a) e Organização da Sociedade Civil Parceira, respectivamente, do Termo acima identificado, e, cientes do seu encaminhamento ao **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO**, para fins de instrução e julgamento, damo-nos por **CIENTES** e **NOTIFICADOS** para acompanhar todos os atos da tramitação processual, até julgamento final e sua publicação e, se for o caso e de nosso interesse, para, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito da defesa, interpor recursos e o mais que couber.

Outrossim, estamos **CIENTES**, doravante, de que todos os despachos e decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, de conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais.

LOCAL e DATA:

ÓRGÃO/ENTIDADE PÚBLICO(A):

Nome e cargo:

E-mail institucional:

E-mail pessoal:

Assinatura:

ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:

Nome e cargo:

E-mail institucional:

E-mail pessoal:

Assinatura:

*) Facultativo. Indicar quando já constituído